



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 01012004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 010120/2025

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 012/2025-SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 01010120/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO, POR MEIO DA EDUCAÇÃO, E A EMPRESA IRM DE OLIVEIRA LTDA INSCRITA SOB CNPJ n.º 50.153.687/0001-73, PARA FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.

Por este instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO/MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, situada na Praça da Bandeira, s/n, CEP 65.708-000, Centro, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, inscrito no CNPJ sob o nº **30.381.379/0001-98**, neste ato representada pela Secretaria Municipal de Educação a Sra. **DENISE SANTOS MIRANDA PEREIRA**, portadora do CPF n.º 242.412.533-34 e RG n.º 047363642013-8 SSP/MA, residente e domiciliada na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **IRM DE OLIVEIRA LTDA** inscrita sob CNPJ n.º **50.153.687/0001-73**, sediada na Rua João Lisboa, Loja: 02, Nº 11, Turu, São Luís – MA – MA – CEP 65010-310, e-mail: irmdeoliveiraltda@gmail.com, telefone (98) 98211-9516, representada por seu Sócio(a) Administrador(a), **IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA**, Portador(a) do Registro geral - CPF N.º 623.580.783-01, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo para **Fornecimento de Utensílios Domésticos**, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 012/2025-SRP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 010120/2025**, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 03, de 03 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto o **Fornecimento de Utensílios Domésticos**, conforme o **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 012/2025-SRP**, conforme se acha discriminado no **ANEXO I**, o qual faz parte integrante e inseparável do edital.

1.2 Discriminação do objeto e valores da Proposta de Preços:

ITEM	OBJETO/DESCRÍÇÃO	MARCA	QTD.	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
AMPLA CONCORRÊNCIA						
1	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato,	MMTA	4500	Kits	R\$ 16,75	R\$ 75.375,00



Prefeitura de

**São Luís Gonzaga
do Maranhão**

Servir e Reconstruir

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
GONZAGA DO MARANHÃO/MAFls. n.º 1064Proc. n.º 010120/2025Rubrica: T

	1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.					
RESERVADOS PARA ME/EPP						
2	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato, 1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.	MMTA	510	Kits	R\$ 16,75	R\$ 8.542,50
EXCLUSIVOS PARA ME/EPP						
3	Abridor de Latas e Garrafa - material em aço inox, medindo 9cm, abridor manual.	BRINOX	86	Unidade	R\$ 15,45	R\$ 1.328,70
4	Açucareiro -Material em aço inoxidável, capacidade de 300g, com tampa, com pá para açúcar, formato oval.	BOOM IMPORT	118	Unidade	R\$ 42,75	R\$ 5.044,50
5	Avental de Napa - material em 100% PVC (frente), 50% poliéster e 50% algodão (verso), medindo 1,40m, cor branca.	Chicky Formas	125	Unidade	R\$ 33,30	R\$ 4.162,50
6	Avental em PVC -material em PVC cloreto de polivinila, modelo forrado, impermeável, cor branca, medindo 120cm, largura: 70cm, com tiras de amarrar fixas.	Chicky Formas	173	Unidade	R\$ 20,00	R\$ 3.460,00
7	Bacia 40cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	Chicky Formas	90	Unidade	R\$ 37,90	R\$ 3.411,00
8	Bacia 50cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	Chicky Formas	56	Unidade	R\$ 51,00	R\$ 2.856,00
9	Bacia 40cm de Diâmetro - material plástico, tamanho médio, funda, redonda, na cor branca.	ASTRA	90	Unidade	R\$ 17,15	R\$ 1.543,50
10	Bacia 55cm de Diâmetro - material plástico, 55cm de diâmetro, capacidade de 27,50L, na cor branca.	ASTRA	90	Unidade	R\$ 36,25	R\$ 3.262,50
11	Balde Plástico 12 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 12L, na cor preta.	SANREMO	173	Unidade	R\$ 16,05	R\$ 2.776,65
12	Balde Plástico 15 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 15L, na cor preta.	SANREMO	173	Unidade	R\$ 20,65	R\$ 3.572,45

gsp



Prefeitura de

**São Luís Gonzaga
do Maranhão**

Servir e Reconstruir

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
GONZAGA DO MARANHÃO/MAFls. n.º 1065Proc. n.º 010120/2025Rubrica: T

13	Bandeja Plástica - medidas aproximadas: 40cm x 30cm (CxL), na cor branca utilidade: para servir.	Mimo Style	198	Unidade	R\$ 27,95	R\$ 5.534,10
14	Batedor Manual - Material em aço inoxidável, tipo flexível, medindo 30cm, para cozinha, formato: pêra.	OIKOS	130	Unidade	R\$ 31,45	R\$ 4.088,50
15	Caçarola Comum 41L - material em alumínio grosso fundido, n.º 50, com tampa.	ALUMINIO SÃO JORGE	15	Unidade	R\$ 307,95	R\$ 4.619,25
16	Caixa Térmica De Isopor 03 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 3L, comprimento de 180mm, largura de 300mm, altura de 170mm.	Mor	86	Unidade	R\$ 7,80	R\$ 670,80
17	Caixa Térmica de Isopor 12 Litros - embalagem Isopor, caixa térmica, capacidade de 12L, comprimento de 340mm, largura de 230mm, altura de 305mm, espessura de 23mm, com tampa.	Mor	86	Unidade	R\$ 26,95	R\$ 2.317,70
18	Caixa Térmica De Isopor 37 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 37L, comprimento de 460mm, largura de 365mm, altura de 384mm, espessura de 29mm, com tampa.	Mor	86	Unidade	R\$ 45,65	R\$ 3.925,90
19	Caixa Térmica De Isopor 60 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, altura de 280mm, capacidade de 60L, comprimento de 743mm, espessura de 50mm, largura de 560mm, com tampa.	Mor	56	Unidade	R\$ 79,95	R\$ 4.477,20
20	Caixa Térmica Plástica 06 Litros - material em polietileno, comprimento de 42cm, largura de 30cm, altura de 7cm, com alça fixa e botão de travamento, com tampa, capacidade de 6L.	Mor	86	Unidade	R\$ 46,65	R\$ 4.011,90
21	Caixa Térmica Plástica 12 Litros - material de polipropileno, capacidade de 12L, com alça e tampa, tamanho cerca de 40x25x26cm.	Mor	73	Unidade	R\$ 59,90	R\$ 4.372,70
22	Cesto Para Lixo 20 Litros - com tampa, material em plástico reforçado, pedal, medidas aproximadas: 41,5cm (altura) x 38cm (largura) X 31cm (profundidade).	Arqplast	95	Unidade	R\$ 47,70	R\$ 4.531,50



23	Cesto Grande 40 Litros - material em plástico, com tampa, pedal, para lixo, capacidade de 40L, medidas aproximadas: 3cm x 33cm x 44cm (LxCxA).	Arqplast	60	Unidade	R\$ 63,95	R\$ 3.837,00
24	Chaira Lisa - aço Carbono 12" polegadas profissional, Dimensões 4x5,5x44,5cm.	BRINOX	120	Unidade	R\$ 70,45	R\$ 8.454,00
25	Coador Para Café - material pano branco, com cabo de madeira, diâmetro aproximado de 13cm, profundidade 19cm, capacidade de 2L.	Wincy	173	Unidade	R\$ 15,05	R\$ 2.603,65
26	Colher de Sopa - material em inox, cabo em polipropileno, tamanho grande, tipo sopa.	DCASA	691	Pacote	R\$ 3,80	R\$ 2.625,80
27	Colher de Servir Arroz - material em aço inox, medida aproximada de 33cm, tamanho grande, tipo arroz.	DCASA	475	Unidade	R\$ 26,15	R\$ 12.421,25
28	Colher de Sobremesa - material em aço inox, tamanho médio, tipo sobremesa, medidas aproximadas de 10cm.	DCASA	475	Unidade	R\$ 5,25	R\$ 2.493,75
29	Concha Grande - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 33cm.	DCASA	173	Unidade	R\$ 28,45	R\$ 4.921,85
30	Concha Média - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 30cm.	DCASA	173	Unidade	R\$ 20,45	R\$ 3.537,85
31	Conjunto de panelas - material alumínio com revestimento interno antiaderente e cabos em baquelite, contendo 7 peças e com as seguintes medidas aproximadas, 1 caçarola de 20cm com 2,8L, 1 caçarola de 22cm com 3,7 L, 1 panela de 16cm com 1,4 L, 1 Panela de 18cm com 2,0 L, 1 Fervedor de 14cm com 1,8L, 1 frigideira de 20cm, 1 frigideira reta de 22cm.	Cerlingwee	21	Conjunto	R\$ 229,45	R\$ 4.818,45
32	Conjunto de Talheres 42 Peças - inteiramente em material de aço inox, designer liso contendo 06 Colheres de mesa, 06 Garfos de mesa, 06 Facas de churrasco, 06 Colheres de sobremesa, 06 Garfos de sobremesa, 06 Facas de sobremesa e 06 Colheres de chá.	CICLO DIGITAL	21	Conjunto	R\$ 152,35	R\$ 3.199,35



33	Conjunto de Xícaras - para café material vidro, com 12 peças cor branca com capacidade mínima de 75 ml, sendo 6 xícaras e 6 pires, Medidas: Xícara com no mínimo 5cm e Pires com no mínimo 11cm.	Germer	43	Conjunto	R\$ 76,15	R\$ 3.274,45
34	Copo de Plástico Tipo Caneca - material polipropileno, com alça, tipo merenda escolar, capacidade de medida 300ml, cor variada.	Coza	1296	Unidade	R\$ 3,15	R\$ 4.082,40
35	Copo vidro 300ML - material em vidro, liso, para água e suco 300ml, cor transparente, conjunto com 6 unidades.	RUVOLO	134	Conjunto	R\$ 31,75	R\$ 4.254,50
36	Copo de Vidro 400ml - capacidade mínima de 400 ml, reutilizável, liso, transparente. Conjunto com 6 unidades.	RUVOLO	86	Conjunto	R\$ 41,50	R\$ 3.569,00
37	Cusczeira - capacidade mínima de 1,8 litros, em alumínio.	LANDNEOO	86	Unidade	R\$ 37,10	R\$ 3.190,60
38	Escorredor de Copos - sobre pia em material de plástico; capacidade: 12 Unidades, resistente e durável.	Arthi	86	Unidade	R\$ 36,15	R\$ 3.108,90
39	Escorredor de Macarrão - características: material de alumínio, diâmetro 50 cm capacidade 21 litros com alça, Dimensão da Boca: 51x51 cm, Altura: 32 cm, Largura: 51 cm, Profundidade: 59 cm.	Arthi	8	Unidade	R\$ 127,20	R\$ 1.017,60
40	Escumadeira - material em inox, medindo aproximadamente 35cm.	BRINOX	86	Unidade	R\$ 21,15	R\$ 1.818,90
41	Espremedor Fruta - material jarra em aço inoxidável, aplicação em limão, estrutura reforçada, acionamento manual, 7cm de diâmetro.	Kehome	86	Unidade	R\$ 29,95	R\$ 2.575,70
42	Faca de Mesa - com cabo em polipropileno cor azul, corpo da faca em aço inoxidável.	ORIGINAL LINE	691	Unidade	R\$ 4,75	R\$ 3.282,25
43	Faca Lâmina 10 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 10, aplicação cortar carne.	ORIGINAL LINE	43	Unidade	R\$ 54,35	R\$ 2.377,05
44	Faca Lâmina 06 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco,	ORIGINAL LINE	95	Unidade	R\$ 39,55	R\$ 3.757,25



Prefeitura de
São Luís Gonzaga
do Maranhão
Servir e Reconstruir

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
GONZAGA DO MARANHÃO/MA

Fis. n.º 1068

Proc. n.º 010120/2025

Rubrica: T

	tamanho 06, aplicação cortar carne.					
45	Faca Lâmina 07 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 07, aplicação cortar carne.	ORIGINAL LINE	130	Unidade	R\$ 42,00	R\$ 5.460,00
46	Faca Lâmina 08 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 08, aplicação cortar carne.	ORIGINAL LINE	86	Unidade	R\$ 44,60	R\$ 3.835,60
47	Frigideira Com Tampa 26cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 26cm de diâmetro.	Brinox	52	Unidade	R\$ 80,95	R\$ 4.209,40
48	Frigideira Com Tampa 36cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 36cm de diâmetro.	Brinox	30	Unidade	R\$ 110,95	R\$ 3.328,50
49	Garfo de Mesa - material do cabo em polipropileno, corpo garfo aço inoxidável.	Euro	414	Unidade	R\$ 3,35	R\$ 1.386,90
50	Garrafa Térmica 1L - material interno em aço inoxidável, externo em material plástico, parede dupla e sistema a vácuo em seu interior, para café.	Termolar	34	Unidade	R\$ 56,95	R\$ 1.936,30
51	Garrafa Térmica - material em plástico revestido com fibra, capacidade de 12L, com uma torneira.	Termolar	34	Unidade	R\$ 148,35	R\$ 5.043,90
52	Jarra de Vidro 1,5L - material em vidro, com tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1,5L.	RUVOLO	69	Unidade	R\$ 30,05	R\$ 2.073,45
53	Jarra de Vidro 1L - material em vidro, sem tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1L.	RUVOLO	86	Unidade	R\$ 25,65	R\$ 2.205,90
54	Leiteira - material em alumínio, capacidade de 4 litros.	BRINOX	34	Unidade	R\$ 53,95	R\$ 1.834,30
55	Organizador de Pia - com duas divisões para detergente e esponja; em material plástico; cor branco; dimensões 16 (A) x 8(L) x 5(C)cm.	Nitronplast	86	Unidade	R\$ 16,55	R\$ 1.423,30
56	Panela de Alumínio 20L - caçarola reta, material alumínio nº 38, capacidade para 20 litros,	BRINOX	24	Unidade	R\$ 239,85	R\$ 5.756,40



	dimensões aproximadas de altura de 18cm; diâmetro da boca de 38cm; espessura de 2mm.					
57	Panela de Pressão 15L - material em alumínio reforçado, cabo em material plástico duro, tampa com fechamento externo capacidade 15 litros, utilidade cozimento de carnes e grãos.	BRINOX	12	Unidade	R\$ 354,95	R\$ 4.259,40
58	Panela de Pressão 4,5L - material em alumínio reforçado com tampa fechamento externo cabo plástico duro, capacidade 4,5L, utilidade cozimento de carnes e grãos.	BRINOX	21	Unidade	R\$ 95,95	R\$ 2.014,95
59	Pegador de Salada - material em aço inox resistente, com 2 pás, medidas aproximadas de 28cm de comprimento e 6cm de largura.	TRAMONTINA	86	Unidade	R\$ 27,05	R\$ 2.326,30
60	Peneira Grande - com cabo, aro e tela em material aço inox resistente, medindo aproximadamente 24cm de diâmetro.	Paramount Plástico	173	Unidade	R\$ 33,65	R\$ 5.821,45
61	Porta biscoito - material em vidro, formato redondo, transparente, com tampa, capacidade aproximada de 1 Litro.	Injeplastec	173	Unidade	R\$ 29,45	R\$ 5.094,85
62	Porta Sabonete - material em plástico, com válvula dosadora, frasco de 500ml.	MARILU	130	Unidade	R\$ 16,30	R\$ 2.119,00
63	Porta Talheres - material em plástico, com tampa, contendo 5 divisões, dimensões aproximadas de 4,5x30x26,4cm.	PLASUTIL	130	Unidade	R\$ 29,55	R\$ 3.841,50
64	Pote Plástico - material em plástico, formato redondo, com tampa, atóxico, capacidade 3L.	PLASUTIL	130	Unidade	R\$ 14,75	R\$ 1.917,50
65	Prato de Vidro - material em vidro, tipo fundo, transparente, medindo aproximadamente 22cm de diâmetro.	Marinex	173	Unidade	R\$ 10,35	R\$ 1.790,55
66	Ralador de Verduras - material em aço inox, resistente, com 4 faces e 4 funções, com lâminas que permitam o corte preciso do alimento. Base com 19cm de comprimento e 8cm de largura e cabo de baquelite branco ou em inox com 7cm de altura.	Mimo Style	159	Unidade	R\$ 29,90	R\$ 4.754,10



67	Tábua Para Corte de Carne - material em plástico, cor branca, espessura: 0,5cm, largura: 27cm, comprimento 40cm, utilidade: preparo e cortes de carnes.	OIKOS	155	Unidade	R\$ 30,30	R\$ 4.696,50
68	Desentupidor de Pia - cabo plástico, formato sanfonada, material em borracha resistente, na cor preta, medindo 20cm.	Bettanin	43	Unidade	R\$ 16,50	R\$ 709,50
69	Saleiro - material em vidro, utilizado em mesa, medindo aproximadamente 4X4X10Cm.	Lyor	118	Unidade	R\$ 15,40	R\$ 1.817,20
70	Farinheira - estrutura em inox, contendo tampa e pá, capacidade de 700g.	Kamin	118	Unidade	R\$ 49,75	R\$ 5.870,50
71	Paliteiro - material em vidro, contendo tampa, no formato cilíndrico, medindo aproximadamente 8cm.	BRINOX	86	Unidade	R\$ 11,00	R\$ 946,00
72	Acendedor - automático, uso em fogão, estrutura em plástico resistente.	BIC	86	Unidade	R\$ 15,05	R\$ 1.294,30
VALOR TOTAL						R\$ 326.833,95
(trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos)						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta da **CONTRATADA**;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 012/2025-SRP** e seus Anexos, a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 01010120/2025** e a Proposta de Preços da **CONTRATADA**. Rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 O fornecimento deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente no local indicado pela “Secretaria Municipal”. Excepcionalmente, e de forma justificada, o prazo para a entrega de materiais ou equipamentos permanentes poderá ser estendido para até **10 (dez) dias úteis**;



3.2 O fornecimento a ser prestado estará sujeito à variação, conforme as necessidades da Administração Pública e a disponibilidade de recursos ou preço de oferta, por meio de Termo Aditivo, obedecido os limites legais.

3.3 Em caso de bens ou serviços fornecidos com vícios, defeitos ou em desacordo com as especificações contratuais, a CONTRATADA terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da CONTRATANTE, para efetuar a substituição ou correção do objeto, sem ônus adicionais para a Administração Pública, conforme o disposto no art. 138, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 A CONTRATANTE em cumprimento ao disposto na presente cláusula pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato, o Valor Global de **R\$ 326.833,95 (trezentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos)**;

4.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4.3 O cronograma de desembolso será sob demanda, conforme quantitativo solicitado;

4.4 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1 O preço pactuado no item **4.1** será pago até o **30º (trigésimo) dia**, contados a partir do efetivo fornecimento do objeto, após a liberação do pedido, com a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo **Fiscal Técnico**, acompanhada das certidões abaixo:

a) Para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB n.º 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio do licitante;

b) Para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;

c) Para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão



Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio do licitante;

d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

e) Para com a Justiça Trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

f) Outros que sejam necessários para a realização do certame;

g) A nota fiscal deverá ser apresentada, com até **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência, da data do pagamento;

h) O pagamento do objeto deste contrato, será efetuado, mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

5.3 No valor a ser pago pelo fornecimento, compreende todos os serviços necessários à plena execução do objeto da Cláusula Terceira, abrangendo todas as despesas ao mesmo, concernentes diretas ou indiretas a materiais, mão de obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas e licença, custos diretos, indiretos e, enfim, quaisquer outras, ainda que não citadas, sendo a única remuneração devida ao cumprimento das obrigações ora assumidas;

5.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE QUALIDADE

6.1 O prazo de garantia contratual do objeto contratado, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **90**



(noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

6.2 A CONTRATADA responderá pela qualidade do objeto, que deverá obedecer rigorosamente às regras contidas no **PREGÃO**;

6.3 O Fornecimento em desacordo com as disposições do presente contrato será devolvido à **CONTRATADA**, cabendo a esta providenciar substituição de acordo com as especificações contidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 012/2025-SRP**, e seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade, todas as despesas de devolução e reposição, inclusive quanto ao novo prazo de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, conforme artigo n.º 92, IV, VII e XVIII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **01 (um)** ano, podendo ser revistos a qualquer tempo, se for o caso de desequilíbrio econômico e financeiro, na forma da Lei;

8.1.1 No caso de prorrogação do contrato, e se couber reajuste, este observará a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, mantido pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** e só incidirá sobre os itens que não tenham sofrido revisão ou repactuação.

8.1.1.1 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**;

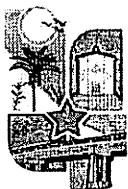
8.1.1.1.1 Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

8.1.1.1.2 Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

8.1.1.2 O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data do **ORÇAMENTO ESTIMADO (06/02/2025)**, nos termos do item **8.1.1** desta cláusula e Termo de Referência.

8.2 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada nos termos da legislação vigente, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



9.1 O objeto do contrato gerado pela presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo n.º 125º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZ – DA CESSÃO DO CONTRATO

10.1 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato.

CLÁUSULA ONZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA:

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 12 122 0005 2006 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 12 361 0009 2126 0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO QSE – SALARIO EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 12 361 0009 1087 0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO - MDE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

PODER 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI 02 18 - FUNDEB

PROGRAMA DE TRABALHO - 12 361 0008 2017 0000 MANUT, E FUNC. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI: 02 18 - FUNDEB

PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUT, E FUNC. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 30%

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORGÃO/UNI: 02 18 - FUNDEB

PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUTENÇÃO DO VAAT 30%

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO



11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DOZE – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1 O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura em **02 de setembro de 2025**, e terá vigência de **12 (doze) meses**, prorrogável sucessivamente por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos n.º 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

12.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

12.1.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

12.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

12.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

12.1.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

12.1.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

12.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

12.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

12.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

12.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TREZE – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A CONTRATANTE designará através da Portaria n.º 51/2025 os servidores, Sr. ISMAEL CARLOS BRITO DA CONCEIÃO, Gestor de Contratos da Secretaria Municipal e o Sr. MÁRIO GEORGE ARRAES JARDIM, Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal, sendo responsáveis em exercer a fiscalização e acompanhamento de contratos. Caberá a esse servidor, gestor do contrato, fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade;



13.1.1 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias para a correção das falhas ou defeitos observados;

13.1.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções que disserem respeito a execução do serviço;

13.1.3 Dar imediata ciência a seus superiores, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

13.1.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

13.1.5 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos fornecimentos já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

13.1.6 Esclarecer, prontamente, as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

13.1.7 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

CLÁUSULA QUATORZE – DO CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

14.1 Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos ou infrações às disposições deste contrato pela **CONTRATADA**, somente serão considerados como excludentes de responsabilidade e multas contratuais, se resultarem de caso fortuito ou de força maior, desde que atinjam direta e comprovadamente, o objeto do presente contrato:

14.1.1 A **CONTRATADA** deverá comunicar por escrito e comprovar qualquer evento de caso fortuito ou de força maior, no prazo de **10 (dez) dias** de sua ocorrência, sob pena de decadência do direito de invocar o disposto no item **14.1**;

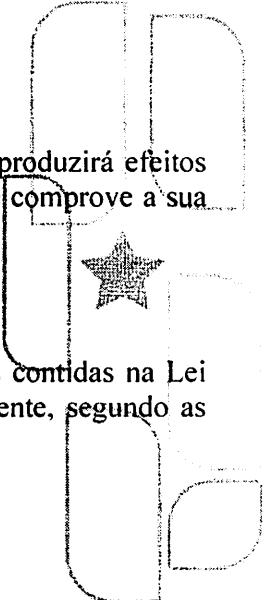
14.1.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, como tal reconhecido pela **CONTRATADA**, será concedida prorrogação nos prazos contratuais, a ser acordada entre as partes, para o restabelecimento das condições normais de fornecimento, desde que cumprida a formalidade do subitem anterior.

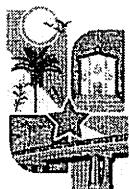
CLÁUSULA QUINZE – DAS COMUNICAÇÕES

15.1 Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as





disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA HABILITAÇÃO

17.1 A **CONTRATADA** terá que manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZOITO – GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Será definido no termo de referência assim como nos instrumentos cabíveis sua exigência ou dispensa.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos n.º 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

19.2 A **CONTRATANTE** poderá solicitar modificações, acréscimos ou no fornecimento do objeto deste contrato, desde que, após consulta à **CONTRATADA**, as mesmas sejam consideradas viáveis;

19.3 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;

19.3.1 As modificações que implicarem em aumento do preço pactuado na Cláusula Quarta, não excederão a **25% (vinte e cinco por cento)** do referido preço.

19.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, conforme artigo n.º 132 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

19.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo n.º 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VINTE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

20.1 A **CONTRATADA** obriga-se a:

20.1.1 A **CONTRATADA** é responsável exclusivamente pelo fornecimento do objeto constante da Cláusula Primeira, combinada com a Terceira, respondendo diretamente pelos danos que, por si ou por terceiros, causar à **Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA**, ou a terceiros;

20.1.2 Os danos e prejuízos serão resarcidos a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas da notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa;



20.1.3 De acordo com o disposto neste contrato e a fim de atender ao bom desempenho das obrigações pactuadas, a **CONTRATADA** obriga-se a entregar a **CONTRATANTE**, o objeto de forma regular na mesma quantidade contratada;

20.1.4 Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, objeto deste contrato, em conformidade com as normas, recomendações expedidas pela **CONTRATANTE** e especificações constantes de sua proposta, que fará parte integrante deste instrumento;

20.1.5 A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o objeto licitado de acordo com as especificações constantes na **Ata de Registro de Preços**;

20.1.6 Cumprir integralmente as exigências de reserva de cargos, conforme previsto em lei e outras normas específicas, destinadas a pessoa com deficiência, a reabilitado da Previdência Social e a aprendiz. O descumprimento desta obrigação poderá sujeitar a **CONTRATADA** às sanções contratuais e legais cabíveis.

20.2 A **CONTRATANTE** obriga-se a:

20.2.1 Exigir que a **CONTRATADA**, fornecer o objeto em estrita obediência ao previsto no Edital;

20.2.2 Aplicar as penalidades à **CONTRATADA** pela inobservância das disposições contidas no documento contratual;

20.2.3 Conferir e atestar a fatura emitida pela **CONTRATADA**, e após constatar o fiel cumprimento do fornecimento do objeto, providenciar o competente pagamento;

20.2.4 Comunicar à **CONTRATADA**, todo e qualquer problema referente ao contrato, ficando aquela obrigada a reparar aquilo que foi denunciado, sem ônus a **CONTRATANTE**;

20.2.5 Glosar as faturas correspondente(s) ao(s) fornecimento(s) prestado.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer aviso, ou comunicação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

21.1.1 Inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato;

21.1.2 Falência ou recuperação judicial, insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial;

21.1.3 Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do presente contrato;

21.1.4 Quando as multas aplicadas atingirem **20% (vinte por cento)** do valor estimado do contrato devidamente ajustado;

21.1.5 Recusa na substituição dos materiais, rejeitados pela **CONTRATANTE**.



21.2 Ocorrendo rescisão do contrato por inadimplência da **CONTRATADA**, fica assegurada a **CONTRATANTE** o direito de imitir-se liminarmente na posse do produto já pago, que esteja sob a guarda ou em poder da **CONTRATADA**, e de ceder o contrato a quem entender, independentemente de qualquer consulta ou interferência da **CONTRATADA**:

21.2.1 Rescindindo o contrato nos termos previstos nesta cláusula, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o saldo porventura existente pelos materiais já entregues, deduzidas as multas e despesas decorrentes da inadimplência, ou a **CONTRATADA** restituirá à **CONTRATANTE** às importâncias já recebidas;

21.2.2 A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

21.3 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

21.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem:

21.4.1 A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia;

21.4.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **2 (dois) meses** da data da comunicação.

21.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo n.º 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

21.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos n.º 138 e 139 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

21.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

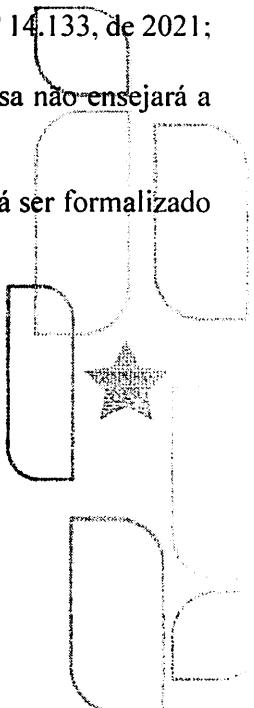
21.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

21.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido;

21.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.6.3 Indenizações e multas.





21.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme artigo n.º 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.8 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis

21.9 O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção;

21.10 Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

21.11 Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

21.11.1 A garantia contratual prestada, com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria, conforme artigo n.º 121, § 3º, I, e artigo n.º 139, III, b, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

21.11.2 Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

21.12 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado, conforme artigo n.º 121, §3º, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

21.13 O contratante poderá ainda:

21.13.1 Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme artigo n.º 139, III, “c”, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, legislação que rege a matéria;

21.13.2 Nos casos em que houver necessidade de resarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do artigo n.º 139, IV, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

21.14 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme artigo n.º 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



CLÁUSULA VINTE E DOIS – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

22.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo n.º 6º da LGPD;

22.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

22.4 A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**;

22.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo n.º 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo n.º 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

22.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

22.7 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

22.8 A **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

22.9 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pela **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

22.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo n.º 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

22.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

22.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;



22.12 Os contratos e convênios de que trata o artigo n.º 26, § 1º, da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

23.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

23.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

23.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

23.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo n.º 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

23.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, §2º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

23.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

23.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

23.2.4 Multa:

23.2.4.1 Multa moratória de **0,5% (meio por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;



23.2.4.2 Superados os **15 (quinze)** dias corridos, a partir do **16º dia**, a multa será de **1,0% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **30 (trinta)** dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem 23.2.4.1;

23.2.4.3 Moratória de **0,6% (zero vírgula seis por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **18% (dezoito por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

23.2.4.4 Compensatória de **1,0% (um por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

23.2.4.5 O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo n.º 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

23.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**, conforme artigo n.º 156, §9º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme artigo n.º 156, §7º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, conforme artigo n.º 157, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo n.º 156, §8º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo n.º 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme artigo n.º 156, §1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

23.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.6.2 As peculiaridades do caso concreto;

23.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



23.6.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

23.6.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo n.º 159);

23.8 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigo n.º 160, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.9 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme artigo n.º 161, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo n.º 163 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DA PUBLICAÇÃO

24.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Diário Oficial, na forma prevista no artigo n.º 94 e 176 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão enviadas para os endereços das partes constantes no preâmbulo deste contrato;

25.2 Todas as correspondências e acordos anteriores à data da assinatura deste contrato serão considerados sem efeito, e somente o estipulado no contrato e seus documentos têm validade para a execução do mesmo;



25.3 A CONTRATADA declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela entrega incorreta do objeto;

25.4 A tolerância ou o não exercício, pela **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a **CONTRATANTE** exercitá-los a qualquer tempo;

25.5 Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto;

25.6 As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato, visando à correta execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas;

25.7 Em caso de divergência ou omissão entre disposições deste Termo de Referência e seus anexos e o Contrato, prevalecem as instruções constantes no termo de Referência.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DO FORO

26.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito que os subscrevem.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 02 de setembro de 2025.

Denise Santos Miranda Pereira
DENISE SANTOS MIRANDA PEREIRA

Secretaria Municipal de Educação

Portaria n.º 06/2025

Responsável Legal pela CONTRATANTE

IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA:62358078301
Assinado de forma digital
por IGOR RUAN MENDES
DE
OLIVEIRA:62358078301
Dados: 2025.09.02
15:15:06 -03'00'

IRM DE OLIVEIRA LTDA

CNPJ n.º 50.153.687/0001-73

IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA

Portador(a) do Registro geral - CPF N.º 623.580.783-01

PROPRIETÁRIO(A)

Responsável Legal pela CONTRATADA



TERMO DE EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n.º 01012004/2025. Pregão Eletrônico n.º 012/2025-SRP.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO/MA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e IRM DE OLIVEIRA LTDA inscrita sob CNPJ n.º 50.153.687/0001-73. **ESPÉCIE:** Contrato Administrativo. **OBJETO:** Fornecimento de Utensílios Domésticos, de interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA. **VALOR:** R\$ 326.833,95 (trezentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos). **DATA DO CONTRATO:** 02 de setembro de 2025. **VIGÊNCIA:** Início: 02 de setembro de 2025; Término: 02 de setembro de 2026. **PODER:** 02 - PODER EXECUTIVO / **ORGÃO/UNI:** 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / **PROGRA DE TRABALHO:** 12 122 0005 2006 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. **PODER:** 02 - PODER EXECUTIVO / **ORGÃO/UNI:** 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / **PROGRA DE TRABALHO:** 12 361 0009 2126 0000 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO QSE – SALARIO EDUCAÇÃO / **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. **PODER:** 02 - PODER EXECUTIVO / **ORGÃO/UNI:** 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / **PROGRA DE TRABALHO:** 12 361 0009 1087 0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO – MDE / **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. **PODER 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI 02 18 – FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO - 12 361 0008 2017 0000 MANUT, E FUNC. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30% / ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 18 – FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUT, E FUNC. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 30% / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 18 – FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUTENÇÃO DO VAAT 30% / ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.** **SIGNATÁRIOS:** Sra. DENISE SANTOS MIRANDA PEREIRA - Secretária Municipal de Educação, pela **CONTRATANTE** e IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA – Proprietário(a), pela **CONTRATADA**. São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 02 de setembro de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
GONZAGA DO MARANHÃO**

Este documento foi Publicado no Mural da Prefeitura
Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA.

Em, 02 / 09 / 2025

Nome: D

Código identificador: 0bd195b953fdb97e379819aa5367f09ba34692eca529217733f58d4666326d5d2ff40ac064c5ebd1c0c03bae934ccab7160feb46f811bceb765b4905830c24ae

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n.º 01012104/2025. Pregão Eletrônico n.º 011/2025-SRP. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO/MA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e IRM DE OLIVEIRA LTDA inscrita sob CNPJ n.º 50.153.687/0001-73. ESPÉCIE: Contrato Administrativo. OBJETO: Fornecimento de materiais descartáveis, de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA. VALOR: R\$ 42.454,90 (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2025. VIGÊNCIA: Início: 01 de setembro de 2025; Término: 01 de setembro de 2026. FONTES DE RECURSOS: PODER: 02 PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / PROGRA DE TRABALHO: 08 122 0004 2058 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS / PROGRA DE TRABALHO: 08 244 0037 2034 0000 MANUT. E FUNC. DAS ATIVIDADES E AÇOES DA ASSISTENCIA SOCIAL / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS / PROGRA DE TRABALHO: 08 244 0037 2161 0000 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS / PROGRA DE TRABALHO: 08 244 0037 2159 0000 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO SUAS / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS / PROGRA DE TRABALHO: 08 244 0037 2155 0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA DO SUAS / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. SIGNATÁRIOS: Sra. SAMARA GONZAGA RAMOS FÉLIX - Secretária Municipal de Assistência Social, pela CONTRATANTE e IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA - Proprietário, pela CONTRATADA. São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 01 de setembro de 2025.

Código identificador: 0bd195b953fdb97e379819aa5367f09ba34692eca529217733f58d4666326d5d2ff40ac064c5ebd1c0c03bae934ccab7160feb46f811bceb765b4905830c24ae

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n.º 01012004/2025. Pregão Eletrônico n.º 012/2025-SRP. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO/MA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e IRM DE OLIVEIRA LTDA inscrita sob CNPJ n.º 50.153.687/0001-73. ESPÉCIE: Contrato Administrativo. OBJETO: Fornecimento de Utensílios Domésticos, de interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA. VALOR: R\$ 326.833,95 (trezentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos). DATA DO CONTRATO: 02 de setembro de 2025. VIGÊNCIA: Início: 02 de setembro de 2025; Término: 02 de setembro de 2026. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / PROGRA DE TRABALHO: 12 122 0005 2006 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / PROGRA DE TRABALHO: 12 361 0009 2126 0000 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO QSE - SALARIO EDUCAÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / PROGRA DE TRABALHO: 12 361 0009 1087 0000 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO - MDE / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI 02 18 - FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO - 12 361 0008 2017 0000 MANUT. E FUNC. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30% / ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 18 - FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUT, E FUNC. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30% / ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. PODER: 02 - PODER EXECUTIVO / ORGÃO/UNI: 02 18 - FUNDEB / PROGRAMA DE TRABALHO: 12 365 0008 2062 0000 MANUTENÇÃO DO VAAT 30% / ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. SIGNATÁRIOS: Sra. DENISE SANTOS MIRANDA PEREIRA - Secretária Municipal de Educação, pela CONTRATANTE e IGOR RUAN MENDES DE OLIVEIRA - Proprietário, pela CONTRATADA. São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 02 de setembro de 2025.

Código identificador: 0bd195b953fdb97e379819aa5367f09ba34692eca529217733f58d4666326d5d2ff40ac064c5ebd1c0c03bae934ccab7160feb46f811bceb765b4905830c24ae

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n.º 01012005/2025. Pregão Eletrônico n.º 012/2025-SRP. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL



Documento assinado digitalmente e com carimbo de tempo conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para consultar a veracidade da publicação acesse <https://www.saoluisgonzaga.ma.gov.br/diariooficial/1273> - Volume 9, N.º.DOM20250903 ISSN 2764-801X

